

Revogada pela Resolução nº.7, de 08 de outubro de 2020

~~RESOLUÇÃO Nº 04, de 01 de outubro de 1998.~~

~~Alerta a sociedade contra
ameaças aos princípios
constitucionais, denuncia
agressões aos direitos e garantias
individuais, e dá outras
providências.~~

~~O Conselho Nacional de Política Criminal e
Penitenciária do Ministério da Justiça, no uso das atribuições que conferem o art.
64 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e o seu Regimento Interno,~~

~~**CONSIDERANDO que o preceito
cristalizado no art. 60, § 1º, da Constituição Federal estabelece
que "não será objeto de deliberação a proposta de emenda
tendente a abolir (...) IV os direitos e garantias individuais";**~~

~~**CONSIDERANDO, ainda, que a
Constituição Federal, no art. 5º, inciso XLVII, dispõe que "não
haverá penas: a) - de morte, salvo em caso de guerra
declarada, nos termos do art. 84, XIX; b) - de caráter perpétuo;
c) - de trabalhos forçados; d) - de banimento; e) - cruéis";**~~

~~**CONSIDERANDO, por derradeiro,
que as cláusulas pétreas são intocáveis, e que é atribuição
indelegável deste Conselho, e direito inalienável de todo
brasileiro o respeito à Constituição da República; bem assim,
tendo em vista a decisão adotada, à unanimidade, pelo Pleno
deste Conselho, a 08/09/98,**~~

RESOLVE

~~**Art. 1º - Alertar a sociedade brasileira
contra ameaças aos princípios constitucionais, sazonalmente
agredidos por alguns setores da sociedade.**~~

~~**Art. 2º - Denunciar manifestações apressadas e
declarações levianas contra os direitos e garantias individuais tendentes à
ruptura das instituições democráticas.**~~

~~**Art. 3º - Divulgar sua posição inequívoca perante toda
a comunidade nacional, através dos meios adequados, na defesa da
incolumidade desses princípios e garantias.**~~

~~**Gabinete do Presidente do CNPCP,
ao 1º dia do mês de outubro do ano de um mil novecentos e
noventa e oito (1º-10-98).**~~

LICÍNIO BARBOSA
Presidente

~~Publicada no DOU de 14.10.98; Seção 1.~~